

*Risk, Environment & Modernity – Towards a New Ecology*. Editado por Scott Lash, Bronislaw Szerszynski & Brian Wynne. SAGE Publications, London, 1996. 294 páginas.

Maria Lúcia Vilmar

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – COPPE/UFRJ

Durante as últimas décadas, a demanda por mudanças sociais motivada pela questão ecológica e as transformações da ordem institucional induzidas pela questão ambiental acirram o debate epistemológico em quase todos os campos de especialização científica. Tentativas têm sido feitas para a construção interdisciplinar de um conhecimento concernente às inter-relações da sociedade e do meio ambiente.

No debate sociológico acerca das relações entre sociedade e natureza características da sociedade moderna, os problemas ambientais estão sendo incorporados mediante dois modelos principais de análise: a concepção de ‘modernização ecológica’ – mudança de percepção social quanto à questão ambiental – e aquela que, segundo Ulrich Beck, representa a passagem da sociedade industrial (‘modernidade simples’) para uma ‘sociedade de risco’ (‘modernidade reflexiva’), que se especifica pela distribuição dos riscos produzidos pela própria sociedade. Em sua análise ambiental, Beck cumpre importante trabalho de articulação dos problemas de risco ambiental – intensificação e globalização – e os da modernidade – danos não calculáveis.

O livro *Risk, Environment & Modernity* surgiu a partir de simpósio internacional realizado em maio de 1992<sup>1</sup>. Adota, como ponto de partida, a contribuição de Beck para o entendimento da problemática ambiental moderna, apresentando reflexão crítica sobre o estado da ciência social e dos ‘paradigmas sociais’ dominantes, em que a Europa é o referencial. Nele são desenvolvidos, em especial, os temas enfocados por Beck a respeito do discurso ambiental, tais como, por exemplo, tecnologia, individualização, bem como transformação e renovação cultural do político, os quais constituem a base e a estrutura do livro.

Os autores da coletânea chamam a atenção para a diversidade e proliferação do discurso ambiental, mas enfatizam a *maneira* por intermédio da qual o discurso ambiental tem sido enunciado pelos especialistas – um discurso “epistemologicamente realista, positivista, tecnológico e cognitivista –, ocultando importantes dimensões culturais, sociais e existenciais da crise ambiental contemporânea”.

Nas três partes constituintes do livro, as questões de risco, do meio ambiente e o papel das ciências sociais são analisadas por meio de relatos do fenômeno ambiental na modernidade recente. A primeira parte discute questões de ciência, tecnologia e sistemas de especialistas, explorando, de diferentes formas, as idéias de previsão e controle tecnológico que têm servido como resposta à crise am-

biental global, na qual se ignora a heterogeneidade cultural e social européia.

Nesta discussão, chama a atenção o relato de Brian Wynne que, tomando como exemplo o acidente nuclear ocorrido em Chernobyl, reflete acerca das concepções prevalecentes no âmbito científico/especialista, assim como examina o próprio conceito de risco. O autor dirige sua crítica à estreita divisão entre o conhecimento científico e o leigo, e ressalta o foco, quase que exclusivo, sobre o primeiro, encontrado nas teses que versam sobre a sociedade de risco, da mesma forma que nas análises sociológicas da modernidade e pós-modernidade. Sua contribuição é o reconhecimento da existência de *indeterminância* na base do conhecimento científico – portanto, embutida na definição de risco – e do seu caráter cultural/hermenêutico.

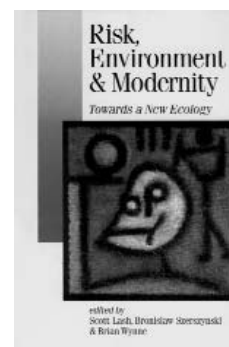
Com relação aos instrumentos conceituais adequados à análise dos fenômenos da modernidade atual, Barbara Adam propõe que se faça revisão dos instrumentos do Iluminismo – dualidades, objetividade, empiricismo etc. –, assim como que se reflita a respeito das hipóteses sobre o *tempo* levantadas pelas ciências sociais. Partilha com Beck a idéia de globalização dos riscos e analisa, mais especificamente, a difusão da tecnologia de telecomunicações, responsável pela mudança na relação entre tempo e movimento através do espaço, criando-se o ‘presente global’. Nas novas condições de modernidade, os aspectos globais têm que integrar a ciência social para que as respostas aos efeitos da globalização e da crise ambiental sejam apropriadas.

A segunda parte do livro discute a importância da individualização no processo de mudanças ocorridas em diversos âmbitos da vida – desde o natural e inevitável até os objetos de escolha e responsabilidade. A individualização é apresentada como um lado do problema da subjetividade na modernidade recente, quando o ‘eu’ é sobrecarregado de responsabilidades e, deste modo, com sentidos de risco e incerteza. O outro lado da subjetividade é a ‘objetificação’, que vem a ser ausência de significados humanos na realidade interior e exterior, tendo em vista o maior alcance da ciência e da tecnologia.

Para discutir tais questões, Elisabeth Beck-Gernsheim esquadrija a influência das alterações provocadas pela medicina reprodutiva e pela engenharia genética na idéia moderna de planejamento da vida humana – paternidade e maternidade. Segundo Gernsheim, a tendência em direção à individualização significa novas oportunidades mas, simultaneamente, novas dependências, controles e pressões.

Marco Diani escreve a respeito da automação do trabalho intelectual, área em que – de acordo com o autor – as subjetividades modernas estão sendo transformadas pelos processos de individualização. Examina o impacto das novas tecnologias de informação sobre a subjetividade, a identidade e as relações nas organizações que estão passando por revolução cultural.

Finalmente, o relato de Helmut Berking analisa as formações culturais leigas – não especialis-



<sup>1</sup> ‘The Risk Society: Modernity and the Environment’, organizado na Universidade de Lancaster, pelo Centre for the Study of Environmental Change (CSEC) e o Departamento de Sociologia.

tas – e conclui que é nestas que nossas escolhas são estruturadas e também que nelas, provavelmente, reside a resposta ética coletiva adequada para a crise ecológica.

Na terceira parte, os autores assinalam problemas emergentes com base nas formas pelas quais as considerações ambientais estão sendo incorporadas pelas instituições políticas. Confirmam a centralidade da problemática ambiental na vida moderna, mostrando as mudanças ocorridas, a partir dos anos 60, na política e no movimento ambiental, nos seus diferentes discursos, mesmo no discurso da ‘modernização ecológica’.

Klaus Eder faz um exame dos efeitos do ambientalismo no discurso público e na esfera pública por intermédio da lógica e da dinâmica do discurso público no que diz respeito ao meio ambiente. Conclui que um discurso ecológico emergente vem-se tornando a principal referência na esfera pública, trazendo elementos cognitivos, normativos e estéticos que constituem sua segunda transformação. Ocorre, assim, a proliferação da comunicação e os atores buscam marcar sua identidade ‘verde’ a fim de legitimar-se e legitimar as ações. A primeira transformação foi a colonização do discurso da esfera pública pelos atores institucionais poderosos, nos séculos XVIII e XIX, que resultou em comunicação pouco fluida.

O trabalho de Andrew Jamison descreve o desenvolvimento do ambientalismo do pós-guerra, assinalando as principais fases pelas quais o ambientalismo se organizou como ator social e cognitivo; identifica formas segundo as quais o ator-rede transnacional está formando a agenda política ambiental global; e compara a nova ‘praxis cognitiva’ ambientalista global com a dos movimentos que

surgiram na década de 1970. Assim como Eder, Jamison atribui o desenvolvimento do ambientalismo, tal como ocorreu, à falência do radicalismo na política ambiental ou, como afirma Eder, ao fim do seu monopólio sobre o discurso ambiental. O autor atribui a importância política dos problemas ambientais globais à construção científica e aos atores intermediários, capazes de traduzir cálculos, simulações e projeções dos especialistas em questões de interesse público.

Maarten A. Hajer apresenta três leituras diferentes da modernização ecológica – aprendizado institucional, projeto tecnocrata e política cultural –, discurso que domina a política ambiental de 1984 em diante e por meio do qual, segundo Hajer, pode-se extrair complexo projeto social que deve ser amplamente discutido pela sociedade.

Finalmente, o texto de Robin Grove-White aponta para a necessidade da adoção de abordagem mais humanista no domínio público, tendo em vista as novas configurações culturais que afetam as sociedades industriais deste século. Tal enfoque deve dar pistas a respeito do tipo de sociedade que pode dar conta dos problemas ambientais e da equidade social em período caracterizado pela turbulência social. Para White, a política ambiental tem que traduzir os compromissos dos parceiros sociais em todos os setores da sociedade leiga.

Sem dúvida, o livro constitui importante e inovadora contribuição para a discussão de temas sobre meio ambiente e sociedade e resulta do esforço intelectual conjunto para transcender críticas reducionistas feitas a partir da reificação dos problemas ambientais. Trata-se de profunda reflexão sobre a problemática em torno da construção de ordem social inédita, relacionada às questões ambientais.



**Trabalho, Riscos Industriais e Meio Ambiente: Rumo ao Desenvolvimento Sustentável?** FRANCO, Tânia (Org.). Salvador: EDUFBA/CRH/FFCH/UFBA, 1997. 242 páginas.

Simone Oliveira  
CESTEH/ENSP/Fiocruz

O contexto de globalização econômica tem provocado evidente impacto no mundo do trabalho. Importantes consequências sociais – ligadas às elevadas taxas de desemprego e à criação de relações trabalhistas mais instáveis e precárias – refletem-se em preocupante exclusão social. Em tal contexto, a análise da relação entre as estratégias de reestruturação produtiva constitui o objetivo deste livro, com destaque para suas implicações no mercado de trabalho, nas transformações urbanas e do ambiente, na saúde e na segurança dos trabalhadores.

Esse estudo contribui, portanto, para dar visibilidade ao momento atual, buscando a compreensão das contradições sociais do desenvolvimento

industrial e da política neoliberal que regem o sistema econômico brasileiro e mundial. Evidencia-se também, como perspectiva relevante, a insustentabilidade sócio-ambiental dos padrões contemporâneos de produção e consumo, com transferência concomitante de tecnologias e riscos entre os países.

Os artigos reunidos na obra resultam do projeto de pesquisa interdisciplinar “Trabalho Industrial, Saúde e Meio Ambiente”, desenvolvido pelo Centro de Recursos Humanos da UFBA, entre 1993 e 1996, no Pólo Petroquímico de Camaçari. Trata-se de proposta original – como ressalta Annie Thébaud-Mony na apresentação do livro –, que recusa de antemão toda separação entre as transformações produtivas e a organização social, entre a realidade local e estratégias internacionais que a perpassam no quadro da globalização da economia mundial.

A coletânea tem o mérito de combinar – segundo o prefácio de Eduardo Viola – cinco problemáticas fundamentais ao entendimento da dinâmica que rege o capitalismo globalizado e informatiza-

do da década de 1990: a globalização econômico-produtiva, as mudanças urbanas, as transformações organizacionais do trabalho, os riscos industriais-ambientais e a saúde psicofísica do trabalhador. Dessa forma, sua leitura é fundamental e esclarecedora para todos os que se interessam e se preocupam com os rumos tomados pelo mundo do trabalho e com suas repercussões.

O livro é dividido em duas partes. A primeira, contém dois artigos reunidos sob o título “Trabalho, Urbanização e Riscos Ambientais”; a segunda, desenvolve-se sob o tema “Trabalho Industrial, Saúde e Meio Ambiente na Grande Salvador nas Décadas de 1980/90”, com cinco artigos.

O primeiro artigo, de Graça Druck e Tânia Franco, é denominado “A degradação Ambiental e os Riscos Industriais no Contexto da Globalização, Reestruturação Produtiva e das Políticas Neo-liberais”. Nele são expostas as temáticas da globalização econômico-produtiva, das transformações do trabalho e dos riscos industriais-ambientais. As autoras ressaltam o valor ideológico-cultural do neoliberalismo como elemento chave para garantir as transformações exigidas pela globalização e pela reestruturação produtiva, com supervalorização do individual em oposição à solidariedade social. Assinalam que as ações coletivas são cada vez mais desmoralizadas e que os espaços de atuação comum também são postos em questão.

O fenômeno do crescimento econômico sem emprego recebe foco especial, mormente no caso dos países periféricos como o Brasil, onde se trata de exclusão que atinge os que estavam incluídos. Em virtude disso, perdem-se as identidades coletivas, fruto de trajetórias sociais e profissionais que se tornam cada vez mais solitárias e individuais, enfraquecendo-se os laços de solidariedade e de ação comum.

Finalizando, o artigo trata da globalização dos riscos ambientais e das poluições químicas inerentes aos padrões de produção industrial e consumo das sociedades contemporâneas, que trazem sérios e inéditos prejuízos à humanidade. Na conclusão, as autoras lembram a pouca probabilidade de controle e reversibilidade de tais danos no caso de serem mantidos os atuais padrões de produção e consumo, a estrutura industrial e suas formas tecnológicas vigentes.

O segundo artigo, de George Martine, intitula-se “Urbanização e Desenvolvimento Sustentável: Oposição ou Sinergia?”. Analisa as relações população/meio ambiente dentro do contexto das sociedades históricas, ilustrando-o por intermédio das interações entre meio ambiente e crescimento urbano na América Latina. Para o autor, a trajetória urbana latino-americana, cujos níveis de urbanização sempre foram altos, pode ser melhor comparada, em muitos aspectos, à dos países industrializados do Ocidente do que à dos países do Terceiro Mundo.

Martine não percebe de forma negativa o processo de urbanização, desde que apoiado por modelo adequado de política. Considera aceitável a mi-

gração para as cidades como opção mais conveniente do ponto de vista social, demográfico, econômico ou ambiental. No caso da trajetória urbana da América Latina, ao invés de representar obstáculo, a migração confere à região considerável vantagem. Essa proposição apóia-se em fundamentos lógicos essenciais: demográficos, ambientais e socioeconômicos. Em primeiro lugar, por ser o crescimento urbano eficaz na diminuição da fecundidade. Em segundo, pela visão positiva das implicações ambientais da urbanização, em virtude da racionalização do acesso aos serviços e ao lazer, do aumento da disponibilidade total das terras, assim como por permitir ganhos na produtividade agrícola e por facilitar a preservação das florestas e de outros ecossistemas naturais. E, em terceiro, pela concepção do crescimento econômico como fator de desenvolvimento social, uma vez que as cidades geram maiores recursos e apresentam renda mais elevada.

O terceiro artigo, de Angela Borges e Angela Franco, intitulado “Mudanças de Gestão: Para Além dos Muros da Fábrica”, traça o funcionamento do processo de globalização econômico-produtiva na Região Metropolitana de Salvador, bem como suas conseqüências para o sindicatos. Avalia o impacto do processo de globalização no mundo do trabalho tanto em termos quantitativos – pela redução do volume de trabalho necessário à produção – como em termos qualitativos – pela flexibilização das relações trabalhistas.

Dentre as mudanças em curso nas empresas do Pólo de Camaçari, as autoras destacam aquelas ligadas à externalização de atividades via processo de terceirização e à implementação de ações/investimentos nos planos de saúde, segurança industrial química/petroquímica. A análise centrou-se nos impactos dessas duas grandes vertentes de mudança sobre o contexto extrafabril imediato ao complexo petroquímico.

Quanto ao processo de terceirização, assinalam que tem aumentado a invisibilidade dos acidentes e doenças ocupacionais e a desproteção dos trabalhadores vitimados, revelando que tal fato corresponde não apenas a um processo de transferência de atividades entre empresas e setores da economia, mas também ao deslocamento de riscos e de responsabilidades sobre a segurança e saúde dos trabalhadores, por parte das empresas petroquímicas, para as empresas subcontratadas.

No que diz respeito aos impactos nas áreas urbanas circunvizinhas ao Complexo, concluem que as mudanças no padrão de gestão e, em especial, a terceirização, ao ampliarem a segmentação do mercado de trabalho regional, reforçam o processo de lançar a força de trabalho na periferia. Isto significa tendência à intensificação dos fluxos intrametropolitanos dos trabalhadores.

O quarto artigo, “Flexibilização, Terceirização e Precarização: A Experiência dos Sindicatos”, de Graça Druck, aborda a criação de um fosso entre a cultura dos trabalhadores que permanecem contratados como efetivos na empresa – cada vez em me-

nor número – e a cultura dos subcontratados, fortemente caracterizada pela informalidade em razão das precárias condições a que são submetidos. Verifica-se assim um processo de desintegração, de fragmentação e de formação de diferentes coletivos de trabalhadores reunidos apenas pela atividade laboral que realizam, mas separados pelas identidades corporativas e profissionais, bem como pelas empresas que os contratam, sem falar nas condições salariais e de trabalho que os distanciam de forma significativa. A individualização resultante desse processo leva à quebra do sentimento de ‘pertencimento’ social, reforçada pela ausência da construção de identidades de interesses, forjadas na experiência coletiva e fundamentais para a elaboração da identidade de classe.

A autora conclui que a experiência vivida pelos sindicatos do Pólo sugere um quadro em que a ação sindical não foi capaz de se impor, de barrar ou mesmo negociar as mudanças nas políticas de gestão e organização do trabalho. Apesar de perceberem as graves conseqüências e condenarem essas práticas gerenciais, não há estratégia de atuação conjunta para fazer frente a uma atuação cada vez mais articulada do patronato.

O quinto artigo, “Acidentes e Doenças do Trabalho no Complexo Químico e Petroquímico”, de Marco Antonio Rego e Rosana Aquino Pereira, analisa o impacto dos processos de trabalho na saúde dos trabalhadores, após sistematizar e consolidar as informações disponíveis acerca dos acidentes e doenças do trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e no seu parque químico e petroquímico. A dimensão apresentada dos agravos à saúde dos trabalhadores mostra apenas pequena parcela da verdadeira situação. Os autores enfatizam o registro cada vez menor de acidentes de trabalho, fato que não pode ser explicado pela diminuição real deste tipo de ocorrência em função da adoção de medidas de controle, mas sim pela falta de notificação aos órgãos oficiais. Os dados apontam para imensa subnotificação dos acidentes de trabalho no caso do Estado da Bahia, em escala superior à já conhecida para o Brasil. A crescente difusão de produtos químicos representa para a saúde pública um grave problema, exacerbado pelo pouco conhecimento a respeito dos danos que a exposição a esses múltiplos agentes pode acarretar à saúde da população e ao meio ambiente. Tudo isso somado à possibilidade de complexos industriais do porte do COPEC apresentarem a ocorrência de acidentes de grandes proporções, com risco para as comunidades vizinhas.

O sexto artigo, “Acidentes de Trabalho e Mobilidade dos Riscos Industriais na Bahia”, de Tânia Franco e Roseli Afonso, focaliza de que modo vastas extensões de terras, ar e águas são percorridas e integradas como áreas de impacto sócio-ambiental e de risco de degradação por meio da mobilidade dos riscos industriais. A conseqüência essencial é a ampliação das populações expostas – incluindo a população circunvizinha ou mesmo cidadãos em trânsito, em um raio de muitos quilômetros de dis-

tância – e não apenas os trabalhadores das plantas industriais. Dessa forma, a dinâmica dos acidentes de trabalho nos ramos químicos e petroquímicos têm a particularidade de estender conseqüências e efeitos além dos seus limites de espaço e tempo de ocorrência. Com base nessa percepção, as autoras buscam delimitar tais aspectos mediante o levantamento de acidentes, noticiados pela imprensa local, ligados às atividades industriais no período compreendido entre 1983 e 1993.

O sétimo e último artigo, “Os Riscos Industriais e os Indivíduos”, de Tânia Franco e Mina Kato, realiza aproximação qualitativa em que se busca delinear traços mais gerais do mundo do trabalho, da vida e da saúde dos trabalhadores. O pressuposto das autoras é que, em face dos riscos ambientais, ainda são extensos os limites da sociedade atual para se apreender a realidade dos indivíduos; daí a importância do recurso à percepção e à vivência que eles mesmos têm sobre o mundo real do trabalho e dos perigos a que estão sujeitos. Tal aproximação é feita por meio dos depoimentos de trabalhadores de empresas há vários anos subcontratadas – terceiras – no Pólo de Camaçari, nas áreas de manutenção, instalações industriais e alimentação. Identificam então que as trajetórias profissionais são marcadas por crescente deterioração da inserção do indivíduo no trabalho, ao passo que as trajetórias de saúde são assinaladas por longa peregrinação, de vários anos, entre empresas e sistemas de atendimento privado e público à saúde.

Por fim, dentro da discussão mais geral do livro, é enfatizada a intensa e crescente mobilidade dos riscos nos ramos químico e petroquímico, a expansão do seu alcance e a conseqüente ampliação das populações expostas, não havendo mais dissociação entre ambiente intrafabril e extrafabril nos espaços urbano-industriais. A incorporação de milhares de novas substâncias químicas, bem como o aumento dos volumes produzidos e seu transporte, trazem o crescimento da grandeza e alcance dos impactos sócio-ambientais, significando evolução dos riscos industriais que marcam transformação profunda na relação entre meio ambiente e saúde das populações. Sob essa perspectiva, os autores expõem, como desafio, a urgência de reconstrução do mundo do trabalho na direção do desenvolvimento sustentável, no qual ética, equilíbrio ambiental e necessidades sociais sejam prioridades articuladas.